

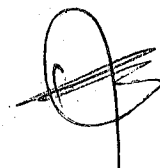
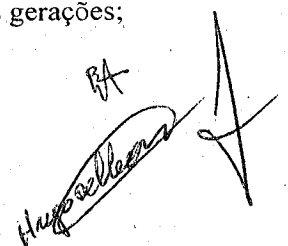


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
QUINTA PROMOTORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n° 02/2016

Aos 21 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante o Promotor de Justiça **Dr. PAULO JOSÉ LEITE FARIAS**, compareceu o Senhor **ADELINO ROBERTO BARBOSA**, filho de Jeronimo Roberto Barbosa e Jovina Crispim Barbosa, natural de Itapagipe/MG, nascido aos 01/06/1950, residente na Avenida Contorno, Chácara n° 15, Quadra 30, Setor Oeste do Gama/DF, fone 99672-1161, CI n° 257484 SSP/DF, para firmar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, referente à festa denominada “ X Expogama – Rodeio Cavalgada”, que será realizada nos dias 29 e 30 de setembro e 01 e 02 de outubro de 2016 na Região Administrativa do Gama, este TAC é, em verdade, título executivo extrajudicial, de conformidade com o disposto no art. 5º, § 6º, da Lei Federal n° 7.347 de 24 de julho de 1985, e o art. 585, II e VII, do Código de Processo Civil.

- 1. Considerando** que a Constituição Federal prevê em seu **art. 225, caput**, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

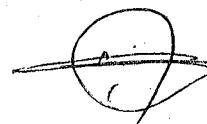


2. Considerando que, neste contexto, prevê o §1º, inciso VII do mesmo diploma legal que caberá ao Poder Público o dever de proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;
3. Considerando que o art. 32 da Lei 9605/98 estabelece que quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, concorrerá ao crime ambiental punido com pena de detenção de três meses a 1 ano, e multa, bem como poderá incorrer na aplicação de multa administrativa previstas nos art. 72 c/c art. 25 da mesma lei, além da multa administrativa prevista no decreto 3.179/99;
4. Considerando que a Lei nº 9.605/98 estabelece em seus arts. 25, §1º c/c art. 72, inciso IV, que na prática de infração ambiental caberá a apreensão do produto do crime ou dos animais, os quais serão libertados em seu *habitat* ou entregues a Jardins Zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados;
5. Considerando que a Lei Distrital nº 1.492, de 30 de junho de 1997, prevê em seu artigo 1º: “Fica vedado no âmbito do Distrito Federal a realização de eventos de qualquer natureza que impliquem atos de violência e crueldade com os animais;
6. Considerando que o parágrafo único do artigo 1º da Lei 1.492/97 estabelece: “O Governo do Distrito Federal fica autorizado a promover todos os atos necessários para a desapropriação por interesse social das áreas que, comprovadamente, forem utilizadas, em caráter permanente ou eventual, para a práticas que contrariam o disposto neste artigo.”;

RA



7. **Considerando** que as Administrações Regionais do Distrito Federal não podem deixar de cumprir as normas legais estatuídas, sob pena de responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativa, devendo observá-las antes do deferimento de qualquer alvará, licença ou ato autorizativo;
8. **Considerando** o teor do artigo 3º, inciso II, da Lei nº 10.519/02, segundo o qual o médico veterinário habilitado responsável pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais, deverá impedir maus-tratos e injúrias de qualquer ordem, sob pena de responder civil, penal e administrativamente, além dos promotores do respectivo evento;
9. **Considerando** o artigo 4º, §2º, da lei já retrocitada que expressamente proíbe o uso de esporas com rosetas pontiagudas ou qualquer outro instrumento que cause ferimentos aos animais, incluindo aparelhos que provoquem choques elétricos;
10. **Considerando** diversas interpretações a respeito da Lei Federal nº 10.519/02, o item acima refere-se a um rol exemplificativo e não exaustivo dos equipamentos, instrumentos e práticas que causam maus tratos aos animais;
11. **Considerando** que nenhuma norma legal infra-constitucional pode contrariar dispositivos e princípios da Constituição Federal, a exemplo do artigo 225, inciso VII;
12. **Considerando** que o direito à vida, reguardado pelo artigo 5º da Constituição Federal, deve ser estendido à preservação da vida não apenas humana, mas a todas as formas de vida, caracterizado esse ato de respeito como parte do conceito de direito fundamental à preservação da dignidade da pessoa humana e das demais formas de vida existentes no Planeta;
13. **Considerando** o art. 3º, inciso "a", da **Declaração Universal dos direitos dos animais**, proclamada em Assembléia da UNESCO, em Bruxelas - Bélgica-



RA
Huguelton



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

27/01/1978, a qual define que **nenhum animal será submetido a maus-tratos e atos cruéis**, o que traduz o entendimento mundial na busca da preservação do meio ambiente, protegendo a fauna e a flora;

- 14.** Considerando ainda a mesma Declaração internacional que prevê no Artigo 10º que **nenhum animal deve de ser explorado para divertimento do homem. As exposições de animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal;**
- 15.** Considerando decisão do *Supremo Tribunal Federal* no que tange à aplicação do princípio da proporcionalidade no conflito de normas e valores constitucionais que assim decidiu no julgamento do RE 153531/SC: **“COSTUME – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ESTÍMULO- RAZOABILIDADE- PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – ANIMAIS- CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do art. 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado “farra do boi” e;**
- 16.** Considerando que os órgãos públicos legitimados para a Ação Civil Pública, dentre os quais o Ministério Público, poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei Federal nº 7.347/85;
- 17.** Considerando o caráter cultural e de lazer deste evento que vem se realizando há mais de 20 anos;

RA



- 18.** Considerando a diferença entre rodeio (quando você tem que ficar montado sobre o animal por um certo período de tempo) e vaquejada (quando você tem que derrubar o animal num espaço predefinido);

Assume o Senhor **ADELINO ROBERTO BARBOSA**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** a obrigação de adotar todas as medidas necessárias para evitar maus-tratos e atos considerados cruéis aos animais expostos em rodeios, e especialmente no evento denominado “X Expogama – Rodeio Cavalgada”, que será realizada nos dias 29 e 30 de setembro e 01 e 02 de outubro de 2016 na Região Administrativa do Gama.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica o **COMPROMISSÁRIO** incumbido da obrigação de fazer consistente em impedir, em rodeios, cavalgada e outros eventos semelhantes, promovidos na área conhecida como “X - Expogama – Rodeio Cavalgada”, que será realizada nos dias 29 e 30 de setembro e 01 e 02 de outubro de 2016 na Região Administrativa do Gama, a utilização dos seguintes apetrechos, equipamentos e aparelhos e a adoção das seguintes práticas:

- I – Utilização de sedém preso na virilha ou no abdômen dos animais;
- II – A prática de qualquer atividade que provoque estrangulamento de animais;
- III – Prova do laço do bezerro também conhecida como *calf roping*; “pega garrote” e “laço de oito braços”;
- IV – Prova da velocidade ou “*bulldogging*”, a qual promove a torção e imobilização do pescoço do animal;
- V – uso de esporas de qualquer espécie que venha a estocar os animais durante a montaria;
- VI – uso de qualquer instrumento que venha a causar alteração no estado físico e mental do animal quando ainda no brete.

RA



CLÁUSULA SEGUNDA – Ocorrendo descumprimento injustificado das obrigações ora assumidas, responderá o **COMPROMISSÁRIO**, por cada infração ao presente Termo, pelo pagamento de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo do ingresso das medidas judiciais e extra-judiciais cabíveis.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será encaminhado ao Fundo Ambiental de que trata o artigo 12 da Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007.

Parágrafo Segundo – A multa ora definida não é substitutiva das obrigações pactuadas no presente Termo, que remanescem à aplicação da mesma.

Parágrafo Terceiro – O valor monetário das multas será sempre corrigido de acordo com as diretrizes legais traçadas pelo Poder Público Federal, de sorte a assegurar o seu valor real.

CLÁUSULA TERCEIRA – O **COMPROMISSÁRIO** deverá atender todas as condições legais para a realização do referido evento, seja no âmbito do IBRAM, seja no âmbito da Administração Regional, seja no âmbito do sistema de defesa civil e segurança pública, seja no âmbito da AGEFIS, ou qualquer outra exigência legal estabelecida pelos órgãos competentes.

RA

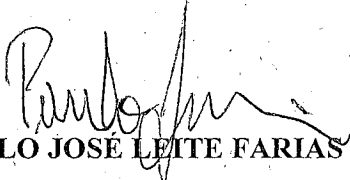


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS


E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo, que após lido e achado conforme vai devidamente assinado e rubricado pelos signatários adiante nomeados, fica registrado o foro de Brasília para a execução do respectivo Termo de Ajustamento de Condutas.

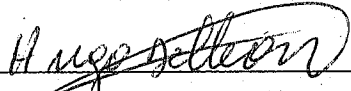
Brasília, 21 de setembro de 2016.


ADELINO ROBERTO BARBOSA
COMPROMISSÁRIO


PAULO JOSÉ LEITE FARIAS
Promotor de Justiça

TESTEMUNHAS:


1) MARCÍLIO BEZERRA DE ARAÚJO, CI 1594381, SSP-DF;


2) HUGO BELLEON DOS SANTOS NOGUEIRA, CI 2813634, SSP-DF;